

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.741 - GO (2019/0294595-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ROMERO FERRAZ FILHO E OUTROS
ADVOGADOS : LUÍS ALEXANDRE RASSI - GO015314
ROMERO FERRAZ FILHO - GO033000
IGOR LAZARO PIRES NETO - DF059142
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : JOANES CARVALHO SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Joanes Carvalho Santos**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Goiás (HC n. 5441968.67.2019.8.09.0000).

Consta dos autos que, em 30/7/2018, o Ministério Público de Goiás denunciou a pessoa jurídica Quinta Empreendimentos Imobiliários SPE - Ltda. e seu representante legal (Josemar Borges Jordão) pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 38, *caput*, e 54, *caput*, ambos da Lei n. 9.605/1998; e art. 15, *caput*, da Lei n. 6.938/1981, todos na forma do art. 69 do Código Penal (fls. 101/102 – grifo nosso):

[...]

No ano de 2017, em data não determinada, no terreno situado na Rua do Bonfim, nº 01, Alto do Bomfim, Pirenópolis-GO, nesta cidade, os denunciados QUINTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE - LTDA e seu representante legal JOSEMAR BORGES JORDÃO, ao executarem as obras do empreendimento "ECO RESORT QUINTA SANTA BÁRBARA", danificaram floresta de preservação permanente.

Também em 2017, em data não determinada, os denunciados, ao executarem as obras do empreendimento "ECO RESORT QUINTA SANTA BÁRBARA", fizeram a aplicação de produtos tóxicos (herbicidas) causando poluição com a destruição significativa da flora local, além de terem expostos à perigo a incolumidade humana, animal e vegetal ao aplicarem o pesticida em locais de nascentes de água que servem para consumo animal e uso de pessoas.

Segundo consta no incluso caderno investigativo, o terreno onde está sendo edificado o empreendimento possui uma área de aproximadamente 60.000 mil metros quadrados, com características robustas de um embaciamento da rede de drenagem das nascentes e olhos d'água existentes na região, que tributam, à frente, no Córrego Pratinha.

Constatou-se, também, que grande porção da área apresenta vestígios de superficialidade do lençol freático, destacando o nítido brotamento de água em cinco pontos, dos quais, quatro figuram antropizados com supressão parcial da Área de Preservação Permanente, influenciando diretamente sobre a diminuição do volume de água gerado, conforme informações obtidas junto a moradores das adjacências.

Na nascente identificada pelo nº 1 (fl. 104), referida no Relatório Policial

como Ponto de Afloramento de Água. constatou-se acima da nascente principal, um ponto sugestivo de brotamento de água. inibido pelo impacto antrópico e pela supressão de sua área de preservação permanente-APP. em decorrência das atividades exercidas pelos denunciados no local.

Na nascente identificada pelo nº 2 (fl. 104), evidenciada pelo afloramento de água, constatou-se que os denunciados danificaram parte da área de preservação permanente-APP, com a movimentação de terra realizada por máquinas pesadas no local. Importante salientar que embora evidente o valor ecológico deste ponto, o projeto do Resort não o contempla como uma nascente, prevendo ainda a construção de blocos de apartamentos no referido perímetro.

Na nascente identificada pelo nº 3 (fl. 104), constatou-se que os denunciados danificaram parte da área de preservação permanente-APP, com a movimentação de terra realizada por máquinas pesadas no local, além do assoreamento provocado pela terra movimentada nas obras de instalação da rede pluvial e o entulho oriundo da demolição do antigo hotel.

Os denunciados, também em 2017, em data não determinada, ao executarem as obras do empreendimento "ECO RESORT QUINTA SANTA BÁRBARA", fizeram um serviço de aplicação de herbicida para matar o capim em alguns pontos dentro da área de preservação permanente-APP. totalizando aproximadamente 1800 (mil e oitocentos) metros quadrados, causando poluição hídrica superficial, do lençol freático e do solo da área atingida, com a destruição significativa da flora local, além de terem exposto à perigo a incolumidade humana, animal e vegetal ao aplicarem o pesticida em locais de nascentes de água que servem para consumo animal e uso de pessoas.

Assim agindo. QUINTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE - LTDA, pessoa jurídica de direito privado. CNPJ 24.064.139/0001-67 e JOSEMAR BORGES JORDÃO, praticaram os fatos típicos previstos nos artigos 38, caput, e 54, caput, da Lei 9.605/98 e artigo 15, caput, da Lei 6.938/81, todos na forma do artigo 69 do Código Penal.

A denúncia foi recebida pelo Juízo de Direito da Vara Criminal de Pirenópolis/GO (Processo n. 201800930377) – fl. 618.

Os denunciados ofereceram resposta à acusação (fls. 627/655), aduzindo, entre outras teses, que a administração do empreendimento era exercida por todos os sócios-administradores (fls. 627/655).

Em 25/3/2019, o Ministério Público aditou a peça acusatória, denunciando mais 4 (quatro) sócios-administradores da pessoa jurídica acusada – Juliana Penha Leite Mesquita, Joanes Carvalho Santos, Paulo Oliveira Lima e Victor Hugo Alvarenga –, imputando a todos a prática dos mesmos ilícitos descritos na inicial. Eis o teor do aditamento (fls. 1.441/1.442 – grifo nosso):

O Ministério Público do Estado de Goiás, por seu Promotor de justiça infra-assinado, no exercício de suas atribuições legais, oferece, com base nos presentes autos, ADITAMENTO À DENÚNCIA, pelos fatos e fundamentos a

Superior Tribunal de Justiça

seguir expostos.

No dia 30 de julho de 2018 o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Quinta Empreendimentos Imobiliários SPE - Ltda e de seu representante legal, Josemar Borges Jordão, imputando-lhes os fatos típicos previstos nos artigos 38, caput, e artigo 54, caput, ambos da Lei 9.605/98 e artigo 15, caput, da Lei 6.938/81.

Em resposta à acusação (fls. 487/516), o réu salientou que a administração da sociedade é atribuída a um conjunto de pessoas, onde, na situação narrada, deveriam responder em igualdade de condições.

Na oportunidade, juntou contrato social da pessoa jurídica denunciada, em que consta alteração no seu quadro societário e, por conseguinte, na administração da sociedade (fls. 522/531).

Dos documentos acostados nos autos, verifica-se que a administração da pessoa jurídica denunciada é exercida pelos representantes Josemar Borges Jordão, Juliana Penha Leite Mesquita, Joanes Carvalho Santos, Paulo Oliveira Lima e Victor Hugo Alvarenga.

Destarte, é de se concluir que, na condição de sócios- administradores, Josemar Borges Jordão, Juliana Penha Leite Mesquita, Joanes Carvalho Santos, Paulo Oliveira Lima e Victor Hugo Alvarenga, em meados do início de 2018, ao executarem as obras do empreendimento "Eco Resort Quinta Santa Bárbara", danificaram floresta de preservação permanente.

Ademais, também na condição de sócios-administradores, em meados do início de 2018, Josemar Borges Jordão, Juliana Penha Leite Mesquita, Joanes Carvalho Santos, Paulo Oliveira Lima e Victor Hugo Alvarenga, ao executarem as obras do empreendimento "Eco Resort Quinta Santa Bárbara", fizeram a aplicação de produtos tóxicos (herbicidas), causando poluição com a destruição significativa da flora local, além de terem expostos à perigo a incolumidade humana, animal e vegetal ao aplicarem o pesticida em locais de nascentes de água que servem para consumo animal e uso de pessoas, tudo consoante narrativa já exposta na exordial.

Em razão do exposto, denuncio também JULIANA PENHA LEITE MESQUITA, brasileira, natural de Jaraguá/GO, inscrita no CPF n. 866.068.241-68 e RG n. 3.110.831 DGPC/GO, residente na SQN 311, Bloco j, Apt. 201, Asa Norte, Brasília/DF, CEP n. 70757-100; JOANES CARVALHO SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF n. 428.895.291-34 e RG n. 943.332 SSP/DF, natural de Bacabal/MA, residente na Rua Alto Horizonte, AG.02, Lt.OS, Alphaville Flamboyant Residencial, Goiânia/GO, PAULO OLIVEIRA LIMA, brasileiro, inscrito no CPF n. 148.769.651-53 e RG n. 640.280 SP/GO, residente na Avenida Floresta, Qd.QR-24, Lt. 09, Residencial Aldeia do Vale, Goiânia/GO, CEP n. 74.680.210 e VICTOR HUGO ALVARENGA, brasileiro, inscrito no CPF n. 829.076.171-68 e RG n. 3411951 SESP/GO, natural de Goiânia/GO, residente na Rua 15, Qd.B-30, Lt. 14/15/16, jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP n. 74810-080; como incursos nas penas do artigo 38, caput, e artigo 54, caput, ambos da Lei 9.605/98; e artigo 15, caput, da Lei 6.938/81, todos na forma do artigo 69, caput, do Código Penal, razão pela qual requer, o Ministério Público, após o recebimento do presente aditamento à denúncia, sejam os denunciados citados para, querendo, apresentarem resposta no prazo legal, conforme rito comum ordinário, até final condenação.

O aditamento foi recebido pelo Juízo processante (fl. 1.444).

Ciente da acusação, a defesa de Joanes Carvalho Santos impetrou *habeas*

Superior Tribunal de Justiça

corpus no Tribunal de Justiça local, pugnando pelo trancamento da ação penal, sendo a ordem conhecida em parte e, nessa extensão, denegada. Eis a ementa do acórdão (fl. 1.723):

HABEAS CORPUS. MÉRITO. AÇÃO PENAL. NÃO CONHECIMENTO. TRANCAMENTO. INVIABILIDADE.

1 – O trancamento de ação penal é medida excepcional, somente viabilizada pela constatação imediata da inocência do acusado, atipicidade da conduta ou extinção da punibilidade. Não verificadas tais hipóteses, incabível concessão.

2 – As alegações que envolvem questões afetas ao mérito da ação penal, não devem ser apreciadas.

Ordem parcialmente conhecida e denegada.

Irresignada, a defesa impetrou o presente *writ*, no qual aduziu as seguintes teses: 1) inépcia da denúncia, pois genérica, não circunstanciando a conduta imputada ao paciente, tampouco elementos mínimos para subsidiar a acusação; 2) inexistência de perícia técnica apta a firmar a materialidade dos crimes imputados; 3) inexistência de dano ambiental entre o lapso temporal decorrido entre o oferecimento da denúncia e o seu aditamento; e 4) atipicidade dos fatos narrados na peça acusatória.

Pugnou, em liminar, pela suspensão da ação penal, bem como dos efeitos da medida cautelar criminal deferida na origem (Processo n. 201800930512), de forma a autorizar a retomada da obra; no mérito, o trancamento da ação penal.

Os autos foram distribuídos por prevenção da TP n. 2.183/GO.

É o relatório.

A concessão de liminar é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, **circunstância não verificada no caso**, notadamente porque, num juízo preliminar, verifica-se que a denúncia e o respectivo aditamento circunstanciaram as condutas que ensejaram a práticas crimes nela referenciados, inclusive, esclarecendo a participação do paciente que, no caso, decorreria dos poderes inerentes à condição de sócio-administrador.

Assim, em princípio, a peça acusatória ostenta elementos suficientes para inaugurar a ação, inclusive **permitindo o pleno exercício do direito à ampla defesa**, conclusão reforçada pelas teses veiculadas na presente impetração que, inclusive,

buscam desconstituir a própria acusação, suscitando a atipicidade das condutas narradas.

Cumprе destacar, ainda, que a orientação jurisprudencial desta Corte é de que, nos chamados crimes societários, ou de autoria coletiva, admite-se a chamada denúncia geral, na qual não se verticaliza a conduta de cada um dos imputados (RHC n. 116.111/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 2/9/2019).

No mesmo sentido, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE SONEGAÇÃO DE ICMS. ART. 1º, I, II e IV, 11 e 12, TODOS DA LEI 8.137/1990. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CONFIGURADA. RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA. TESE AFASTADA. ADMINISTRADORES QUE DETINHAM PODER DE GERÊNCIA. EMPRESA DE MÉDIO PORTE. RELEVANTE VALOR SONEGADO. PROVA INDICIÁRIA VÁLIDA. ILICITUDE DA PROVA. SIGILO FISCAL. DETERMINADO O DESENTRANHAMENTO DA FICHA DE CONTRIBUINTE PELO TRIBUNAL A QUO. DEMAIS DOCUMENTOS EXCEPCIONADOS. ART. 198, § 3º, I, DO CTN. VEDADO O REVOLVIMENTO PROBATÓRIO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Contendo a denúncia a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, bem como a classificação do crime, como é o caso dos autos, é plenamente possível o exercício da ampla defesa, inexistindo violação do art. 41 do CPP.

2. Não há falar em responsabilidade objetiva, tendo em vista que os recorrentes não foram denunciados apenas por serem sócios da empresa, constando da denúncia que, na condição de administradores, detinham o poder de gerência, o que lhes davam domínio final do fato delituoso. Precedentes.

3. Não se tratando de empresa de grande porte, com multiplicidade de tarefas bem definidas entre seus gestores, a sonegação de relevante valor pode ser admitida como indiciariamente realizada pelos administradores da empresa, assim admitindo-se a persecução criminal, em que a prova determinará a efetiva colaboração para o crime.

4. Apenas as informações sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades estão abrangidas pelo sigilo fiscal, as demais informações fornecidas pela Receita Estadual ao Ministério Público, referentes aos créditos tributários, encontram-se, a princípio, excepcionados em razão do disposto no inciso I do § 3º do art. 198 do Código Tributário Nacional.

5. Determinado pela Corte a quo o desentranhamento da Ficha de Contribuinte do ICMS por conter dados sobre a natureza e o estado dos negócios ou atividades do contribuinte, registrando no acórdão que persiste a existência de outras provas lícitamente obtidas aptas a embasar o oferecimento da peça inicial acusatória, não há ilicitude a ser reconhecida, visto que, para se chegar à conclusão diversa, seria necessário o reexame de todo o conjunto fático-probatório, incabível na via do habeas corpus.

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no RHC n. 103.206/PR, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe

Superior Tribunal de Justiça

25/6/2019 - grifo nosso)

Ademais, a jurisprudência desta Corte tem entendido que, não sendo o caso de grande pessoa jurídica, onde variados agentes poderiam praticar a conduta criminosa em favor da empresa, mas sim de **pessoa jurídica de pequeno porte, onde as decisões são unificadas no gestor e vem o crime da pessoa jurídica em seu favor, pode então admitir-se o nexos causal entre o resultado da conduta constatado pela atividade da empresa e a responsabilidade pessoal, por culpa subjetiva, de seu gestor** (RHC n. n. 39.936/RS, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 28/6/2016). No mesmo sentido: AgRg no AREsp n. 1.527.212/DF, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 27/9/2019.

Com relação à tese de atipicidade e de inexistência de elementos mínimos de prova para a acusação, verifica-se que a Corte de origem não debateu as alegações defensivas, o que, em princípio, obsta o exame por esta Corte (supressão de instância).

Ainda que assim não fosse, numa leitura perfunctória dos autos, verifica-se que há indícios mínimos de prova aptos a sustentar a acusação, como se evidencia do laudo pericial elaborado pelo Instituto de Criminalística local, que respondeu aos quesitos formulados pela autoridade policial nos seguintes termos (fls. 1.425/1.426 – grifo nosso):

[...]

1- A área em que está sendo construído o empreendimento trata-se de APP?

RESPOSTA - **A área em que está sendo construído o empreendimento apresenta áreas de preservação permanente - APP.**

2- Existem nascentes no local? Em caso positivo, estas foram, de alguma forma, danificadas? Quais danos ocorreram?

RESPOSTA- Sim. Ocorreram danificações pretéritas (há data) como: erosão em áreas de afloramentos, construção de canal de derivação de águas em terreno brejoso (ao menos parcialmente), barramento em leito de vertente afluente do córrego Pratinha. **E danos recentes: manutenção de canal de derivação de águas, suso citado, o qual serve de dreno. Salientando ainda que as obras implementadas (fundações, movimentações de solo, gabião, galerias de pluviais), referentes ao empreendimento imobiliário, foram lançadas sobre solo hidromórfico (Gieissolo Melânico), segundo Plano de Gestão Ambiental - PGA do empreendimento (páginas 44 e 46). Para este solo, o PGA traz a citação: "O lençol freático quase sempre está próximo à superfície": Desta forma, **pode ter ocorrido o soterramento de nascentes**, como sugerem as movimentações de solo no aqui nominado Afloramento D'água Central. Entretanto, os elementos disponíveis à perícia não são suficientes para, de modo inequívoco, tecer tal afirmação.**

3- O empreendimento está impedindo ou dificultando a regeneração natural da vegetação nativa?

Superior Tribunal de Justiça

RESPOSTA - Sim, visto as ações de movimentação do solo em faixas de preservação permanente e construção de gabião nesta.

[...]

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da Vara Criminal de Pirenópolis/GO, inclusive sobre o atual andamento da ação penal.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

